PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVEL - MESTRADO

REVISTA CIENTÍFICA DO PPGD UNIVEL

REDIR

DIREITO, INOVAÇÃO E REGULAÇÕES

Número 10 | Volume 5 | jan-jun 2026

univel
CENTRO UNIVERSITÁRIO

REVISTA
DIREITO, INOVAÇÃO E REGULAÇÕES

VOLUME 5 • NÚMERO 10 • 2026

Janeiro/Junho de 2026

ISSN-e 2965-0860

PUBLICAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Mestrado em Direito, Inovação e Regulações

Centro Universitário UNIVEL

Cascavel, Paraná

Editor

Julio Cesar Garcia

Editorial e Diagramação

Julio Cesar Garcia

Ficha Catalográfica

Thayse Dal Molin Alérico, Bibliotecária CRB/9:1948

Capa

Bruno Felipe Felix Barreiros

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R317
REDIR : revista direito, inovação e regulações / Programa de Pós-graduação em Direito do Centro Universitário Univel. v. 5, n. 10 (jan./jun. 2026). Cascavel, PR : UNIVEL, 2026.
Semestral.

1. Direito. 2. Inovação. 3. Regulações. I. Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário Univel.
CDD 340

Catalogação na fonte elaborada pela Bibliotecária Thayse Dal Molin Alérico CRB 9/1948

ISSN-e 2965-0860

Endereço

Avenida Tito Muffato, 2317
85.806-080, Cascavel, Paraná
Fone: (45) 3036-3636
redir@univel.br • www.univel.br/mestrado

REITORIA

Reitor
Renato da Silva

Pró-Reitor Administrativo
Lucas Renato da Silva

Coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Direito
Alexandre Barbosa da Silva
Alfredo Copetti Neto

CONSELHO EDITORIAL

Aldacy Rachid Coutinho • Centro Universitário UNIVEL
Alexandre Moraes da Rosa • Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI
Helena Regina Lobo da Costa • Universidade de São Paulo, USP
Ingo Sarlet • Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS
Marcos Ehrhardt • Universidade Federal de Alagoas, UFAL
Roberto Miccu • Universidade de Roma, UNIROMA

APRESENTAÇÃO

Chegar à décima edição é, por si, um marco. A Revista Direito, Inovação e Regulações (REDIR) celebra dez números dedicados a investigar, com rigor, os pontos de contato entre o Direito, a inovação e a regulação. Este número reúne sete estudos que, partindo de objetos distintos, convergem para uma preocupação comum: compreender como as instituições jurídicas respondem às transformações tecnológicas, sociais e econômicas do presente sem abrir mão da proteção dos direitos fundamentais.

Abre o número Jerry Antonio Dotto, com estudo sobre o poder de investimento do Estado no fomento à inovação no Brasil, no qual examina o amparo legislativo e os desafios de uma regulação inclusiva. Na sequência, José Telles do Pilar e Paulo Roberto Pegoraro Junior discutem a compatibilidade do Visual Law com os requisitos da petição inicial, enquanto Camilo Onoda Luiz Caldas e André Margato Alves propõem atribuir ao SEBRAE competência para a resolução extrajudicial de conflitos empresariais, ambos os textos voltados ao acesso à justiça e à inovação institucional.

A reflexão jusfilosófica ganha espaço no ensaio de Lucas Gabriel Martins de Lima sobre a barbárie ultrarracional da linguagem algorítmica, construído a partir da macrofilosofia do algoritmo jurídico de Luiz Fernando Coelho.

Na fronteira entre neurociência e Direito, Daniel Albuquerque Costa Freitas Bomfim e Marcos Ehrhardt Jr analisam a proteção da integridade mental diante das neurotecnologias e a emergência dos neurodireitos. O eixo da regulação e do compliance retorna com Edison Divonzir Soares e Phillip Gil França, que examinam a autonomia da Polícia Judiciária na investigação criminal, com ênfase no controle externo e na proteção de direitos fundamentais.

Encerra a edição um estudo comparado, de autoria de Julio Cesar Garcia, sobre a regulação de data centers no Brasil, na Argentina e no Paraguai, à luz da inovação orientada à sustentabilidade. O texto é contribuição do editor ao debate do tema no Cone Sul, aqui publicada na condição de convidado, em observância à transparência editorial.

A todos os autores, avaliadores e colaboradores que tornaram possível este número, o corpo editorial registra seu agradecimento. Boa leitura.

Cascavel, agosto de 2026.
O Editor.

SUMÁRIO

I. DOUTRINA NACIONAL

1. O PODER DE INVESTIMENTO DO ESTADO NO FOMENTO À INOVAÇÃO NO BRASIL: AMPARO LEGISLATIVO E OS DESAFIOS DA REGULAÇÃO INCLUSIVA

Jerry Antonio Dotto----------*9*

2. VISUAL LAW NA PETIÇÃO INICIAL: COMPATIBILIDADE PROCESSUAL

José Telles do Pilar; Paulo Roberto Pegoraro Junior----------*26*

3. SEBRAE COMO INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA E RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS EMPRESARIAIS

Camilo Onoda Luiz Caldas; André Margato Alves----------*42*

4. A BARBÁRIE ULTRARRACIONAL DA LINGUAGEM ALGORÍTMICA: UMA NOVA TENDÊNCIA PARA A MACROFILOSOFIA DO ALGORITMO JURÍDICO DE LUIZ FERNANDO COELHO

Lucas Gabriel Martins de Lima----------*55*

5. A PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE MENTAL DIANTE DAS NEUROTECNOLOGIAS

Daniel Albuquerque Costa Freitas Bomfim; Marcos Ehrhardt Jr----------*67*

6. POLÍCIA JUDICIÁRIA: REGULAÇÃO E COMPLIANCE NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Edison Divonzir Soares; Phillip Gil França----------*90*

7. REGULAÇÃO DE DATA CENTERS NO BRASIL, NA ARGENTINA E NO PARAGUAI: UM ESTUDO COMPARADO DOS DESAFIOS À INOVAÇÃO ORIENTADA À SUSTENTABILIDADE

Julio Cesar Garcia----------*110*

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES **136**